



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA**

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2026		
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOSU		
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº __/2026		
SETOR	Diretoria de Licitações e Compras - DELIC	
TIPO DE JULGAMENTO	MENOR PREÇO GLOBAL	
MODO DE DISPUTA	ABERTO	
VALOR ORÇADO	R\$ 5.920.278,59 (cinco milhões, novecentos e vinte mil, duzentos e setenta e oito reais e cinquenta e nove centavos).	
BASE LEGAL	Este procedimento licitatório obedecerá à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e redação dada pela Lei Complementar 147/2014.	
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARIRA/SE, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	
PARTICIPAÇÃO:	<u>AMPLA CONCORRÊNCIA</u>	
SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS	DIA	HORÁRIO
	23/06/2026	09:00
REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.		
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:		
- Departamento de Licitações e Compras - DELIC: via e-mail: licitacao.carira2025@gmail.com		
- Órgão/entidade solicitante da licitação: SEMOSU		
- Sítio Eletrônico da Prefeitura – https://www.carira.se.gov.br		
- Local de realização da licitação – https://www.licitanet.com.br		
- Endereço: Prefeitura Municipal de Carira/SE, inscrita no CNPJ de nº 13.099.882/0001-36, situada na Praça Olímpio Rabelo de Moraes, nº 56, Bairro Centro, Carira/SE.		



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2026
Processo Administrativo nº 15/2026**

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

1.1. O **MUNICÍPIO DE CARIRA**, por meio do Departamento das Licitações e das Compras - DELIC vinculado à Secretaria Municipal de Finanças - SEMFIN, e este agente de contratação designado pela Portaria nº 38 de 01 de agosto de 2025, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1.2 - O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por agente de contratação da Secretaria Municipal de Finanças, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos pela página eletrônica do Portal **LICITANET**: <https://www.licitanet.com.br>

2. DO OBJETO:

2.1. **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza e conservação de vias e logradouros públicos do Município de Carira/SE**, conforme as especificações técnicas previstas no Termo de Referência.

2.2. O critério de julgamento adotado será **menor preço global** observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO ELETRÔNICA:

3.1. A participação na presente licitação eletrônica se dará através do LICITANET, disponível no endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br>.

3.1.1. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no sistema eletrônico, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão ou entidade promotora do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

3.1.2. É de responsabilidade do fornecedor conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema relacionado no item 3.1 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.1.3. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema, disponível no endereço <https://www.licitanet.com.br>, para acesso ao sistema e operacionalização.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

3.2. Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta contratação.

3.2.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, as empresas de pequeno porte e para os microempreendedores individuais nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

3.2.2. A obtenção do benefício a que se refere o item 3.2.1 fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e aos microempreendedores individuais que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.3. Não fará jus ao regime diferenciado e favorecido nas contratações públicas previsto na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual:

- (a) De cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- (b) Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- (c) De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do artigo 3º da referida lei;
- (d) Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do artigo 3º referida lei;
- (e) Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006;
- (f) Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- (g) Que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- (h) Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- (i) Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- (j) Constituída sob a forma de sociedade por ações;
- (k) Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

3.4. Não poderão participar direta ou indiretamente desta licitação os fornecedores que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

3.4.1. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.4.2. Que estejam cumprindo a penalidade de impedimento de licitar e contratar imposta por órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta do Município, ou penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública imposta por qualquer ente federativo;

3.4.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.4.4. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

- (a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- (b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- (c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- (d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- (e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;
- (f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.4.4.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.4.4.2. Aplica-se o disposto na alínea “c” do item 3.4.4 também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

3.4.4.3. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as alíneas “a” e “b” do item 3.4.4 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de condução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade contratante.

3.4.4.4. O disposto nas alíneas “a” e “b” do item 3.4.4 não impede que a contratação inclua como



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.4.5. Sociedade Cooperativa, considerando que a execução do objeto a ser contratado exigirá subordinação jurídica entre o prestador/obreiro e o contratado, bem como a pessoalidade e a habitualidade, conforme Acórdão nº 1815/2003-Plenário, Acórdão nº 307/2004-Plenário - Súmula nº 281 TCU e Termo de Conciliação Judicial - Ação Civil Pública nº 01082-2002-020-10-00-0, Vigésima Vara do Trabalho de Brasília, MPT x Cooperativas e União Federal - vedação de contratar cooperativas que atuem em atividades como serviços de limpeza, conservação e manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e instalações, dentre outros;

3.4.6. Instituições sem fins lucrativos, conforme Acórdão nº 2847/2019 - TCU - Plenário;

3.4.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, conforme Acórdão nº 746/2014 - TCU - Plenário;

3.4.8. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, diante da especificidade do objeto, em que apenas uma licitante vencedora poderá executar. Veda-se a participação de empresas em consórcio com fulcro no art. 15 da Lei nº 14.133/2021. Tal decisão fundamenta-se na análise do mercado pertinente, onde se verifica a existência de inúmeras empresas com capacidade técnico-operacional e financeira para executar o objeto de forma individualizada;

3.4.9. Agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021;

3.4.9.1. A vedação de que trata o item 3.4.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.4.10. Nas contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.5. Da Garantia da Proposta:

3.5.1. Deverá ser apresentada, no momento da apresentação da proposta inicial, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

3.5.1.1. A garantia de proposta será exigida no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, podendo ser prestada em qualquer das modalidades previstas no § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021. Além disso, a licitantes deverão apresentar junto a Garantia da



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA**

Proposta a comprovação do respectivo recolhimento do valor da garantia que o licitante pretende ofertar.

3.5.1.2. Na hipótese de opção pela caução em dinheiro, o recolhimento deverá ser realizado por meio de depósito/transferência bancária identificado, para a seguinte conta bancária: 7777-1, Banco do Brasil, Agência 1745-0.

3.5.1.3. A garantia da proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação, se for o caso.

3.5.1.4. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o contrato ou em apresentar os documentos necessários à contratação, na forma da lei.

4. DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

4.1 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1.2. Nesta licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances.

4.1.3. O fornecedor encaminhará, exclusivamente por meio do sistema indicado nos itens 1.2 e 3.1 deste Edital, a proposta com a descrição do objeto ofertado, observando-se as exigências constantes no **ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA**, e o preço correspondente, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.1.4. A proposta anexada ao sistema deverá:

4.1.4.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas;

4.1.4.2. Conter a indicação da modalidade e do número da licitação, data e hora de sua realização;

4.1.4.3. Conter razão social, CNPJ, **endereço completo, telefone e e-mail para contato** do fornecedor proponente;

4.1.4.4. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do fornecedor, para fins de pagamento caso torne-se vencedor;

4.1.4.5. Conter especificações do objeto proposto, de acordo com o detalhamento constante no **ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA**

4.1.4.6. Conter o valor unitário, por item, e o valor global da proposta, com preços indicados em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, com no máximo, 02 (duas) casas decimais;



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA**

4.1.5. A proposta de preços inicial encaminhada através do sistema deverá conter ou estar acompanhada da(s) seguinte(s) declaração(ões):

4.1.5.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

4.1.5.1.1. Nos itens/grupos/lotes destinados à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, a declaração negativa ou a ausência de declaração a que se refere o item 4.1.5.1 impedirá o prosseguimento do fornecedor no certame;

4.1.5.1.2. Nos itens/grupos/lotes em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a declaração negativa ou a ausência de declaração a que se refere o item 4.1.5.1 apenas produzirá o efeito de o fornecedor não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;

4.1.5.1.3. A mera declaração da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte ou a efetiva utilização dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006 por fornecedor que **não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias o sujeitará às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.**

4.1.5.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos;

4.1.5.3. Que a proposta foi elaborada de forma independente, bem como que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos diretos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

4.1.5.4. Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, inexistindo fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.1.5.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.1.5.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, em observância ao disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.1.5.7. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

4.1.5.8. Que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, caso o fornecedor esteja organizado sob a forma de cooperativa;

4.1.5.9. Da veracidade e inteira responsabilidade pela autenticidade dos documentos enviados eletronicamente durante a licitação e eventualmente impressos para processamento interno da Prefeitura de Carira, apresentando-os quando demandado pela Administração Pública em vias originais para diligências complementares;

4.1.6. As declarações deverão ser apresentadas com a assinatura do representante legal da empresa, cuja assinatura deverá ser digital ou idêntica ao documento oficial com foto, reconhecido em território nacional, do sócio administrador ou do procurador constituído, se houver.

4.1.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste edital.

4.1.8. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.1.9. O sistema disponibilizará campo próprio para a inserção dos documentos exigidos para a habilitação na forma do item 7 deste Edital.

4.1.9.1. A verificação de cumprimento aos requisitos de habilitação será realizada mediante consulta pelo agente de contratação aos documentos encaminhados pelo fornecedor através do Cadastro de Fornecedores do Portal de Compras utilizado pelo município de Carira, ou do sistema utilizado para a realização de licitação na forma eletrônica LICITANET, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

4.1.10. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.

4.1.11. Incumbirá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.1.12. Após a abertura da sessão pública não caberá desistência da proposta pelo fornecedor, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo agente de contratação.

4.1.12.1. Os fornecedores poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

4.1.12.2. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo fornecedor, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.1.13. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do fornecedor melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do agente de contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.1.14. O valor estimado ou valor máximo aceitável para a contratação, se não constar expressamente no sistema do provedor, possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado exclusivamente aos órgãos de controle externo e interno, sendo divulgado aos fornecedores apenas e imediatamente após o encerramento da etapa de envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

4.1.14.1. Nas hipóteses em que for adotado o critério de julgamento pelo maior desconto, o valor estimado, o valor máximo aceitável ou o valor de referência para aplicação do desconto constará obrigatoriamente no sistema provedor.

4.1.15. Caberá ao fornecedor interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.1.16. O fornecedor deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.2. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

4.2.1. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos, inclusive quanto a especificações do objeto. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.2.2. O fornecedor deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.2.2.1. Valor (unitário) do item e total;

4.2.2.2. Descrição do objeto, sem prejuízo ao atendimento a todas as exigências e especificações detalhadas constantes no **ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA**

4.2.2.3. As propostas e os lances devem ser formulados com valores que contenham, no máximo, 02 (duas) casas decimais.

4.2.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam o fornecedor.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

4.2.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.2.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.2.5. Se o regime tributário do fornecedor implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.2.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na proposta ou na planilha de custos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.2.7. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o **ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA**, assumindo o fornecedor o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, se for o caso, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.2.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.2.9. Os fornecedores devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações.

4.2.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.2.12.

4.2.9.2. O descumprimento das regras supramencionadas por parte da Administração ou por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

5.1.1. O andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado diariamente pelos participantes por meio do portal LICITANET, que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

5.2. O agente de contratação verificará as propostas preenchidas no sistema eletrônico na forma do item 4.2, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, que identifique o licitante (nos campos preenchidos no sistema eletrônico), que contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no **ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA**

5.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor global**.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O fornecedor será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

5.8. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

5.9. Observado o disposto no item 5.8, o fornecedor poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

5.10. O agente de contratação poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica via sistema.

5.11. Eventual exclusão de proposta do fornecedor, de que trata o item 5.10, implica a retirada do fornecedor do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

5.12. Durante a sessão pública, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

5.13. O procedimento adotará o Modo de Disputa “Aberto”.

5.13.1. No Modo de Disputa Aberto, a etapa de envio de lances durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração desta etapa.

5.13.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances de que trata o item 5.13.1, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

5.13.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens 5.13.1 e 5.13.2, a etapa será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem (crescente ou decrescente).

5.13.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.5. Após o reinício previsto no item 5.13.4, os fornecedores serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13.6. Encerrada a etapa de que trata o item 5.13.5, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no item 5.13.3 a fim de obter a classificação final dos fornecedores.

5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16. No caso de desconexão com o agente de contratação no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos fornecedores para a recepção de lances.

5.17. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

5.19. Na hipótese de licitação com ampla participação, encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

5.19.1. Nas condições do subitem anterior, caso a melhor oferta válida tenha sido apresentada por empresa de maior porte, as propostas de pessoas qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.2.1. Caso o fornecedor qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificado desista ou não se manifesta no prazo estabelecido, serão convocados os demais fornecedores qualificados como microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20. No caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do Modo de Disputa Aberto e Fechado.

5.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

5.22.1. disputa final, hipótese em que os fornecedores empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.22.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos fornecedores, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

previstos na Lei nº 14.133/2021;

5.22.3. desenvolvimento pelo fornecedor de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.22.4. desenvolvimento pelo fornecedor de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.23.1. empresas estabelecidas no território do Estado do órgão ou entidade da Administração Pública Municipal licitante;

5.23.2. empresas brasileiras;

5.23.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.23.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

5.23.5. Exaurida todas as formas de desempate será possível utilizar o sorteio como último recurso para desempatar propostas, desde que haja previsão no edital, conforme a IN 73 de 12 e setembro de 2024.

5.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, será declarado o arrematante. O sistema disponibilizará automaticamente fase de negociação ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço para o item, pelo sistema eletrônico, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

5.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais fornecedores, cujo prazo limite será definido pelo agente de contratação.

5.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os fornecedores e anexado aos autos do processo licitatório.

5.24.4. O agente de contratação solicitará ao fornecedor melhor classificado que envie no sistema eletrônico no prazo de até **02 (duas) horas**, a proposta de preços adequada ao último lance ofertado acompanhada das Planilhas de Composição de Preços Unitários por item, Orçamento de Custo e de Venda, Encargos Sociais (Mensalista e Horista), Cronograma Físico Financeiro e BDI



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA**

(Acórdão 2622/2013-TCU-Plenário), observados os parâmetros, exigências e demais condições previstas no Termo de Referência, sob pena de desclassificação.

5.24.5. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido no item 5.24.4, a partir de solicitação fundamentada feita pelo fornecedor no chat antes de findo o prazo inicialmente conferido.

5.25. Após a negociação do preço, o agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS:

6.1. Encerrada a fase de lances e depois de verificação de possível empate, o agente de contratação examinará a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

6.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.2.1. Contiver vícios insanáveis ou ilegalidade;

6.2.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas deste Edital ou de seus anexos, ou apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos;

6.2.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação, se houver;

6.2.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.2.5. Não corrigir ou justificar eventuais irregularidades apontadas pelo agente de contratação;

6.2.6. Identificar o fornecedor nos campos do sistema que sejam de acesso público antes do encerramento da sessão de disputa de lances, por violar o sigilo das propostas;

6.3. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

6.3.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o edital e seus anexos não tenham estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a uma parcela ou à totalidade da remuneração.

6.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

6.4.1. O prazo para atendimento à diligência será de até 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da notificação pelo agente público.

6.4.2. Eventual pedido de dilação de prazo deve ser devidamente formalizado com a justificativa correspondente e encaminhado antes de expirado o prazo inicial, o qual será analisado pela Administração quanto à aceitabilidade ou não da justificativa apresentada.

6.4.3. Tanto em caso de deferimento quanto em caso de negativa do pedido, o agente público responsável deverá encaminhar manifestação formal ao fornecedor.

6.4.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.4.5. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área técnica especializada no objeto.

6.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.8. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9. O agente de contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao fornecedor que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste edital.

6.9.1. Também nas hipóteses em que o agente de contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o fornecedor para que seja obtido preço melhor.

6.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.9.3. Na hipótese de julgamento da licitação pelo menor preço total por grupo/lote, caso o lance para um ou mais itens que compõe o grupo/lote esteja acima dos valores estimados, a licitante será convocada, pelo “chat” do sistema, para negociar o valor do lance, e, em caso de não atendimento à convocação dentro do prazo estipulado pelo agente de contratação, de no mínimo 05



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

(cinco) minutos, a proposta poderá ser rejeitada, sendo convocada a próxima colocada para a negociação.

6.10. Na hipótese de licitação de ampla participação, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o agente de contratação passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

6.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Edital.

7. HABILITAÇÃO:

7.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação constam no **ANEXO I** deste Edital.

7.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, e no item 3 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- (a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- (b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/cnep);
- (c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- (d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
- (e) Cadastro de Licitantes/Contratados Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública de Carira - CADIMP;
- (f) Relatório de Pessoas Físicas e Jurídicas Proibidas de Contratar com o Poder Público do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe - TCE/SE.

7.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

7.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

7.3. Caso atendidas as condições de participação a que se refere o item 7.2 e de utilização do tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, a habilitação dos fornecedores será verificada pelo agente de contratação por meio do Cadastro do Fornecedor no sistema do LICITANET.

7.3.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Portal de Compras, nos documentos por ele abrangidos e desde que se encontrem vigentes na data da consulta.

7.3.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por outro registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.3.3. A documentação exigida para fins de habilitação que não esteja contemplada no Cadastro do Fornecedor a que se referem os itens 7.3 e 7.3.1 deverá ser encaminhada através de funcionalidade própria do sistema de realização da licitação (LICITANET), em formato digital, no prazo de até 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do agente de contratação, sob pena de inabilitação.

7.3.4. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do seu cadastro nos sistemas para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

7.3.5. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual e sociedades cooperativas, conforme estatui o artigo 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.

7.3.6. A verificação pelo agente de contratação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.4. A verificação no Cadastro do Fornecedor do Portal de Compras e do sistema de realização da licitação ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao fornecedor vencedor.

7.4.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do **TERMO DE REFERÊNCIA** somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do fornecedor mais bem classificado.

7.4.2. Respeitada a exceção do item 7.4.1 relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência item 7.4 ocorrerá em relação a todos os fornecedores.

7.5. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.5.1. Na hipótese de o fornecedor vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos fornecedores e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.7. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital através do sistema no prazo de até 02 (duas) horas, após solicitação do agente de contratação, sob pena de inabilitação.

7.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado: (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal; e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

7.10. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada através do sistema a nova data e horário para a sua continuidade.

7.11. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.11.1. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do fornecedor cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o item 7.11.

7.12. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA**

quaisquer dos documentos exigidos, ressalvado o disposto nos itens 7.3.1 e 7.3.5, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

7.12.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

7.12.2. No caso de inabilitação, para os processos de contratação destinados à ampla participação dos interessados, haverá nova verificação de eventual ocorrência do empate ficto previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

7.13. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7.14. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de fornecedor por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DA CONTRATAÇÃO:

8.1. Contratação:

8.2. Após a adjudicação e homologação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

8.2.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato **OU** aceitar instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização).

8.2.1.1. A assinatura do contrato realizar-se-á por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, consoante previsto no artigo 6º do Decreto Municipal nº 12/2024.

8.2.2. Em caso de indisponibilidade do sistema ou impossibilidade de convocação, alternativamente a Administração poderá encaminhá-lo ao adjudicatário através de outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

8.2.3. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação do instrumento equivalente poderá ser prorrogado apenas uma vez, por igual período, quando solicitado pelo convocado durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificável aceito pela Administração.

8.2.4. Decorrido o prazo e não tendo o fornecedor respondido à convocação, perderá o direito à contratação e estará sujeito às penalidades descritas neste Edital e no **ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA**, consoante estabelecido no artigo 90 da Lei nº 14.133/2021.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA**

8.3. O Aceite do instrumento equivalente ao Contrato, emitido à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

8.3.1. Referido documento está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

8.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital e seus anexos;

8.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8.4. O prazo de vigência da contratação é **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado por iguais períodos, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.5. Na assinatura do contrato ou aceite do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9. DOS RECURSOS:

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto nos arts. 165 e 168 da Lei nº 14.133/2021 combinado com o art. 109 do Decreto Municipal nº 14/2024.

9.2. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada de forma imediata, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão;

9.2.2. A manifestação da intenção de recorrer a que se refere o item 9.2.1 será em dois momentos, após o término do julgamento das propostas e após o ato de habilitação, sob pena de preclusão.

9.2.3. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.2.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento;

9.2.5. O prazo para apresentação de contrarrazões é de 03 (três) dias úteis e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA**

elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;

9.2.6. A apreciação do recurso dar-se-á em fase única.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar a decisão que anulou ou revogou a licitação:

9.3.1. O prazo para apresentação das razões recursais é de 03 (três) dias úteis e será iniciado na data de publicação do ato de anulação ou revogação;

9.3.2. O prazo para apresentação de contrarrazões é de 03 (três) dias úteis e terá início na data de divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.4. Caberá ao agente de contratação verificar o cumprimento dos pressupostos recursais, notadamente a tempestividade e a motivação do ato, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

9.4.1. Nesse momento o agente de contratação não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

9.4.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

9.4.3. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal ou subscritos por representante não habilitado legalmente, ou não identificado no processo com poderes para atuar em nome do recorrente.

9.5. O recurso será dirigido ao agente de contratação ou à comissão de contratação que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos e contrarrazões deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.8. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

9.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste edital.

9.9.1. Como os processos administrativos oriundos da Administração Pública Municipal



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA**

Direta, Autárquica e Fundacional são realizados através meio eletrônico, os interessados em dar vistas ao processo poderão obter cópia integral dos autos mediante solicitação dirigida ao e-mail do agente de contratação ou mediante o comparecimento a esta Secretaria munidos de pen-drive, CD-ROM ou similar.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

10.1. Comete infração administrativa o fornecedor que, com dolo ou culpa, cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

10.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação durante o certame;

10.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

10.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.5.4. deixar de apresentar amostra ou realizar prova de conceito.

10.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.6.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

10.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando

10.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei em qualquer momento da licitação;

10.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.10.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.10.4. prestar declaração falsa quanto ao enquadramento como ME/EPP.

10.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

10.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

(a) Advertência pela falta do subitem 10.1.1 deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

(b) Multa de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 10.1.1 a 10.1.12, consoante gradação discriminada no **ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA**

(c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Carira/SE, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.7 deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

(d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.8 a 10.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

10.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.5. A aplicação das sanções previstas neste Edital, em hipótese alguma, isenta o fornecedor da obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

10.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou processo administrativo de responsabilização.

10.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

10.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/1999.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no sistema <https://www.licitanet.com.br> e no Portal de Compras utilizado pelo Município de Carira/SE no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados de forma eletrônica pelos seguintes meios:

11.3.1. por meio de campo próprio do sistema <https://www.licitanet.com.br>;

11.3.2. por meio do e-mail do agente de contratação indicado na folha de rosto deste edital.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA**

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.1. O procedimento será divulgado no sistema <https://www.licitanet.com.br>, no Portal de Compras utilizado pelo município de Carira, no Diário Oficial do Município de Carira/SE e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>).

12.2. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o(a) (órgão ou ente contratante) revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivado de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

12.3. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

12.4. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

12.5. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Edital, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente público responsável da Administração na respectiva notificação.

12.6. Da contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expedientes no(a) (órgão ou ente contratante).

12.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

12.8. É facultada ao agente de contratação ou à autoridade superior do(a) (órgão ou ente contratante), em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

12.9. As normas disciplinadoras deste Edital serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

12.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

12.13. Os casos omissos serão decididos pelo agente público em conformidade com as disposições constantes dos Decretos e Leis citados no preâmbulo deste Edital.

12.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.14.1. ANEXO I - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO;

12.14.2. ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA;

12.14.3. ANEXO III - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS;

12.14.3. ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO.

Carira/SE, 05 de junho de 2026

ADEL DOS SANTOS FERREIRA
Pregoeiro



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA**

ANEXO I - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. Da Habilitação Jurídica:

1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.3. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sede da matriz;

1.7. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no país: decreto de autorização para funcionamento no Brasil;

1.8. Os documentos de habilitação jurídica elencados deverão estar acompanhados de todas as alterações que tenham sido realizadas e registradas perante o órgão competente, ou apresentar a última alteração realizada e registrada, desde que traga em seu bojo a consolidação da versão final do ato constitutivo.

2. Da Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF);

2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA**

Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

2.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

2.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Distrital/Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.6.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006 estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, visto que tais informações já constam no Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI a que se refere o item 1.3.

2.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Distrital/Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

2.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais OU distritais/municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

2.9. Caso o fornecedor detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual equiparada deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

3. Da Declarações Gerais:

3.1. Declaração, sob pena de inabilitação, de que cumpre as exigências de reservas de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

3.2. Declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da entrega da proposta.

4. Da Qualificação Econômico-Financeira:

4.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou no site do Tribunal de Justiça do Estado do domicílio da licitante. No caso do



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

documento mencionado neste item não fixar prazo de validade, o mesmo será considerado 30 (trinta) dias da data de sua emissão;

4.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, observado o disposto no artigo 3º da Instrução Normativa RFB nº 1420/2013 quanto à obrigatoriedade de utilização da Escrituração Contábil Digital - ECD.

4.2.1. Os documentos referidos no item 4.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos.

4.2.2. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/ estatuto social. (vide Acórdão TCU nº 484-12-2007 - Plenário).

4.2.3. No caso de Microempreendedor Individual - MEI, deverá ser apresentada Declaração Anual do Faturamento emitido pelo Portal do Empreendedor, no que couber.

4.3. Comprovação da boa situação financeira do fornecedor mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

4.3.1. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, acompanhada de memória de cálculo, com duas casas decimais, desprezando-se as demais, constando o nº de registro no Conselho Regional de Contabilidade - CRC, apresentada pelo fornecedor.

4.4. Comprovação de possuir Capital Social mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social.

5. Da Qualificação Técnica:

4.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação (Inc. VI, do Art. 67, da Lei Federal



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA**

Nº 14.133/2021).

4.2. Certidão de Registro do CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da sede da licitante, da Empresa e seu Responsável Técnico (Engenheiro Sanitarista, Ambiental, Agrônomo ou Civil).

4.3. Capacitação Técnico-Operacional: Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através da apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, que comprove(m) que a licitante executa ou tenha executado serviços de características técnicas similares às do objeto da presente licitação, limitadas estas exclusivamente aos itens de maior relevância e valor significativo objeto da licitação a seguir descritas:

4.3.1. Coleta de resíduos sólidos domiciliares e transporte ao destino final.

4.3.2. Varrição e raspagem manual de vias e logradouros.

4.3.3. Capinação e roçagem raspagem de linha d'água, e poda de árvore.

Justificativa:

As parcelas mencionadas correspondem a valores superiores a 4% do valor total estimado da contratação, atendendo ao disposto no §1º do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, o que justifica a exigência de comprovação de capacidade técnico-operacional específica para sua execução.

4.4. Capacitação Técnico-Profissional: Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através da apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, com registro no CREA da região onde os serviços foram ou estejam sendo executados, acompanhados(s) da (s) respectiva (s) Certidão (ões) de Acervo Técnico - CAT, expedida(s) por esses Conselhos, que comprove (m) que o (s) responsável (is) técnico (s) execute (m) ou tenha (m) executado serviços de características técnicas similares às do objeto da presente licitação, limitadas estas exclusivamente aos itens de maior relevância e valor significativo objeto da licitação a seguir descritas:

4.4.1. Coleta de resíduos sólidos domiciliares e transporte ao destino final.

4.4.2. Varrição e raspagem manual de vias e logradouros.

4.4.3. Capinação e roçagem raspagem de linha d'água, e poda de árvore.

Justificativa:

As parcelas mencionadas correspondem a valores superiores a 4% do valor total estimado da contratação, atendendo ao disposto no §1º do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, o que justifica a exigência de comprovação de capacidade técnico-operacional específica para sua execução.

4.5. Comprovação de que possui em seu quadro permanente, profissional de nível superior (Engenheiro Sanitarista, Ambiental, Agrônomo ou Civil), detentor do Atestado do Capacidade Técnica, que comprove estar exercendo o seu ofício na licitante, sendo esta comprovação feita através



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

de cópia autenticada da CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) do Empregado devidamente assinada pela Licitante, Contrato de Prestação de Serviços ou Declaração de Compromisso Futuro. E no caso de sócio mediante apresentação do Contrato social da empresa, no qual esteja comprovada tal condição.

4.6. Relação contendo a indicação da equipe técnica de nível superior disponíveis, acompanhados de declaração de aceitação da inclusão de seu nome na equipe, para a realização do objeto dessa licitação, contendo no mínimo:

4.6.1. 01 (um) Engenheiro Sanitarista, Ambiental, Agrônomo ou Civil.

4.7. Os profissionais indicados pelos licitantes para fins da comprovação prevista deverão participar do serviço objeto desta licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

4.8. As licitantes também deverão apresentar:

4.8.1. A autorização ambiental de transporte de resíduos classe IIA e IIB e/ou classe II expedido por órgão ambiental competente;

4.8.2. Comprovante de Inscrição no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA);

4.8.3. Cadastro Técnico Federal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) por meio do CTF/APP e CTF/AIDA.

4.8.4. Alvará de Licença e Funcionamento Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, correspondente ao ano em curso.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA**

ANEXO II –

**TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15/2026**

1. DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência a **contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de limpeza e conservação de vias e logradouros públicos do Município de Carira/SE**, em conformidade com as especificações técnicas, quantitativos, condições de execução, critérios de medição e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1. A presente contratação mostra-se necessária e indispensável para assegurar a continuidade da prestação de serviços públicos essenciais de limpeza e conservação de vias e logradouros públicos do Município de Carira/SE, os quais se encontram diretamente relacionados à salubridade urbana, à saúde pública, ao bem-estar coletivo, à segurança sanitária e à preservação ambiental.

2.2. Os serviços abrangidos pelo objeto possuem natureza contínua, permanente e imprescindível, uma vez que sua interrupção, deficiência ou execução inadequada pode ocasionar acúmulo de resíduos, detritos e sujidades em áreas públicas, comprometimento das condições de higiene e conservação urbana, proliferação de vetores e agentes nocivos à saúde, obstrução de sistemas de drenagem, degradação de espaços públicos e agravamento de riscos ambientais e sanitários.

2.3. Cumpre ressaltar que a limpeza e a conservação de vias e logradouros públicos constituem atividades essenciais à manutenção da ordem urbana e das condições mínimas de salubridade do Município, sendo dever da Administração Pública local adotar as providências necessárias para assegurar sua execução regular, eficiente e ininterrupta, em observância ao interesse público e ao princípio da continuidade do serviço público.

2.4. A necessidade da contratação também se fundamenta na responsabilidade do Município pela adoção de medidas voltadas à adequada gestão da limpeza urbana e à proteção da saúde coletiva, em consonância com a legislação ambiental e sanitária aplicável, inclusive com as diretrizes instituídas pela Lei nº 12.305/2010, no que se refere à promoção de práticas destinadas à proteção do meio ambiente, à prevenção de danos e à melhoria da qualidade de vida da população.

2.5. Nesse contexto, a contratação pretendida constitui medida necessária para viabilizar, de forma concreta e eficiente, a execução dos serviços de limpeza e conservação de vias e logradouros públicos, permitindo à Administração atender às demandas permanentes da coletividade, preservar a adequada utilização dos espaços públicos e promover melhores condições de higiene, mobilidade, segurança e conservação urbana.

2.6. Registre-se, ainda, que a natureza e a extensão dos serviços exigem atuação operacional



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

organizada e contínua, com adequada disponibilização de mão de obra, insumos, equipamentos, ferramentas e demais recursos necessários à boa execução contratual, de modo a assegurar regularidade, eficiência, segurança e qualidade na prestação dos serviços, em conformidade com os padrões mínimos esperados pela Administração.

2.7. Desse modo, a contratação revela-se imprescindível para garantir a adequada manutenção da limpeza urbana no Município de Carira/SE, assegurando a preservação das condições de salubridade dos espaços públicos, a mitigação de impactos ambientais e sanitários e a efetiva satisfação do interesse público, em benefício direto da coletividade local.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

3.1. A solução adotada para atendimento da necessidade administrativa consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de limpeza e conservação de vias e logradouros públicos do Município de Carira/SE, mediante procedimento licitatório, na modalidade pregão eletrônico, de modo a assegurar a execução regular, eficiente e satisfatória das atividades necessárias à manutenção da limpeza urbana, da salubridade dos espaços públicos e da adequada conservação das áreas de uso comum da população.

3.2. A solução proposta foi concebida de forma a abranger, de maneira integrada e contínua, todos os meios necessários à execução do objeto, compreendendo a disponibilização, pela futura contratada, da mão de obra, insumos, materiais, ferramentas, equipamentos e demais recursos operacionais indispensáveis à adequada prestação dos serviços, em conformidade com os padrões de qualidade, produtividade, desempenho e segurança estabelecidos neste Termo de Referência.

3.3. Trata-se de solução que busca atender, de maneira eficiente, a demanda permanente do Município por serviços de limpeza e conservação urbana, considerando que tais atividades possuem caráter essencial, contínuo e diretamente relacionado à saúde pública, à segurança sanitária, ao bem-estar coletivo, à preservação ambiental e à adequada fruição dos espaços públicos pela coletividade.

3.4. A opção pela contratação de empresa especializada mostra-se a mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e administrativo, na medida em que permite a execução dos serviços por estrutura organizada, com rotinas previamente definidas, alocação racional de recursos, emprego de pessoal capacitado e utilização dos meios materiais necessários à boa execução contratual, proporcionando maior eficiência na prestação dos serviços e melhores condições de atendimento às necessidades da Administração.

3.5. A solução adotada também se revela vantajosa por permitir ao Município concentrar seus esforços na atividade de planejamento, acompanhamento, fiscalização e controle da execução contratual, sem a necessidade de estruturar, diretamente, aparato próprio permanente para realização dos serviços, o que demandaria investimentos contínuos em pessoal, equipamentos, manutenção, logística operacional e gestão administrativa correlata.

3.6. Sob a perspectiva do ciclo de vida do objeto, a solução contempla, de forma articulada, todas



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

as etapas necessárias ao adequado funcionamento da contratação, compreendendo a mobilização inicial de recursos, o planejamento e a organização da execução, a prestação contínua dos serviços ao longo da vigência contratual, os mecanismos de fiscalização e controle, a medição dos serviços executados, o pagamento vinculado ao desempenho contratual e, ao final, a regular transição e encerramento do ajuste, em conformidade com as exigências legais e administrativas aplicáveis.

3.7. A solução, portanto, não se limita à simples disponibilização de mão de obra ou à execução isolada de atividades materiais, mas compreende um modelo integrado de prestação de serviços apto a produzir resultados efetivos para a Administração, garantindo a manutenção contínua da limpeza e conservação de vias e logradouros públicos, a redução de impactos decorrentes da ausência ou deficiência desses serviços, e a preservação de condições adequadas de higiene, conservação urbana e qualidade de vida da população.

3.8. Ademais, a modelagem proposta favorece a definição objetiva das obrigações da futura contratada, a padronização dos procedimentos executivos, a fixação de critérios claros de medição e pagamento e a adoção de mecanismos eficazes de fiscalização contratual, conferindo maior segurança jurídica, previsibilidade administrativa e controle dos resultados esperados pela Administração Pública.

3.9. Dessa forma, a solução descrita mostra-se adequada, suficiente e compatível com a necessidade pública identificada, revelando-se apta a assegurar ao Município de Carira/SE a prestação contínua, eficiente e satisfatória dos serviços de limpeza e conservação de vias e logradouros públicos, em consonância com os princípios da eficiência, da economicidade, do planejamento, da continuidade do serviço público e da supremacia do interesse público.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. Para atendimento da necessidade da Administração Pública Municipal e adequada execução dos serviços de limpeza e conservação de vias e logradouros públicos do Município de Carira/SE, a contratação deverá observar os requisitos técnicos, operacionais, ambientais e administrativos estabelecidos neste Termo de Referência, bem como a legislação pertinente aplicável à espécie.

4.1.1. Da Sustentabilidade:

4.1.1.1. A futura contratação deverá observar, no que couber, critérios e práticas de sustentabilidade ambiental compatíveis com o objeto, em conformidade com a legislação vigente, especialmente no que se refere à adequada utilização de insumos, à prevenção de impactos ambientais, à destinação ambientalmente adequada de resíduos eventualmente gerados pela execução dos serviços e à adoção de medidas voltadas à proteção da saúde pública e à preservação ambiental.

4.1.1.2. A contratada deverá adotar procedimentos operacionais que minimizem danos ao meio ambiente, evitando o descarte inadequado de resíduos, o desperdício de materiais, a emissão desnecessária de poluentes e outras práticas incompatíveis com a adequada prestação dos serviços públicos de limpeza urbana.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA**

4.1.1.3. Sempre que aplicável, deverão ser observadas as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos, da legislação ambiental, sanitária e das normas de segurança e medicina do trabalho incidentes sobre a execução contratual.

4.1.2. Da Vedação à Participação em Consórcio:

4.1.2.1. Não será admitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio na presente licitação.

4.1.2.2. A vedação à participação em consórcio fundamenta-se no art. 15 da Lei nº 14.133/2021 e decorre das características do objeto, que consiste na prestação de serviços comuns, de natureza contínua, cuja execução pode ser satisfatoriamente realizada por empresa individualmente considerada, não se evidenciando complexidade técnica, dimensão excepcional ou grau de especialização que justifiquem a ampliação da competitividade por meio da formação de consórcios.

4.1.2.3. Tal medida também se justifica diante da verificação, no mercado pertinente, da existência de número suficiente de empresas com capacidade técnica, operacional e econômico-financeira para execução integral do objeto de forma individual, de modo que a admissão de consórcios não se revela necessária à ampliação da competitividade, podendo, ao contrário, dificultar a gestão contratual, a apuração de responsabilidades e a fiscalização da execução.

4.1.3. Da Subcontratação:

4.1.3.1. Não será admitida a subcontratação total do objeto contratual.

4.1.3.2. Será admitida a subcontratação parcial de parcelas acessórias, instrumentais ou complementares da execução, desde que não abranjam o núcleo essencial do objeto e não comprometam a padronização, a qualidade, a continuidade e a responsabilidade pela prestação dos serviços.

4.1.3.3. A subcontratação dependerá de autorização prévia e expressa da contratante, mediante solicitação formal da contratada, acompanhada da identificação da subcontratada e da demonstração da pertinência da parcela a ser subcontratada.

4.1.3.4. A eventual subcontratação não excluirá nem reduzirá a responsabilidade integral da contratada perante a Administração quanto à execução do objeto, ao cumprimento das obrigações contratuais, legais e regulamentares.

4.1.3.5. A contratante poderá recusar a subcontratação quando verificar risco à execução contratual, ausência de capacidade técnica ou operacional da subcontratada, ou incompatibilidade da parcela a ser transferida com a natureza do objeto.

4.1.4. Da Garantia da Proposta:

4.1.4.1. Deverá ser apresentada, no momento da apresentação da proposta inicial, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA**

4.1.4.2. A garantia de proposta será exigida no valor correspondente a **1% (um por cento) do valor estimado da contratação**, podendo ser prestada em qualquer das modalidades previstas no § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021. Além disso, a licitantes deverão apresentar junto a Garantia da Proposta a comprovação do respectivo recolhimento do valor da garantia que o licitante pretende ofertar.

4.1.4.3. Na hipótese de opção pela caução em dinheiro, o recolhimento deverá ser realizado por meio de depósito/transferência bancária identificado, para a seguinte conta bancária: **xx**, Conta Corrente n.º **xx**, Agência **xx**.

4.1.4.4. A garantia da proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação, se for o caso.

4.1.4.5. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o contrato ou em apresentar os documentos necessários à contratação, na forma da lei.

4.1.5. Da Garantia da Contratação:

4.1.5.1. Será exigida garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

4.1.5.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I – caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, na forma da lei;

II – seguro-garantia;

III – fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

4.1.5.3. Na hipótese de opção pelo seguro-garantia, deverá ser assegurado prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data da homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a sua apresentação.

4.1.5.4. O seguro-garantia terá por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante a Administração, inclusive multas, prejuízos e indenizações decorrentes do inadimplemento contratual.

4.1.5.5. A apólice do seguro-garantia deverá possuir vigência igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e acompanhar eventuais modificações de vigência mediante emissão do respectivo endosso pela seguradora, permanecendo em vigor ainda que o contratado deixe de pagar o prêmio nas datas convencionadas.

4.1.5.6. Nos contratos de execução continuada, será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

apólice vigente e que nenhum período permaneça descoberto, ressalvada a hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração.

4.1.5.7. Na hipótese de caução em dinheiro, o valor deverá ser recolhido em conta específica indicada pela contratante, sendo atualizado monetariamente quando da restituição, na forma da lei.

4.1.5.8. Na hipótese de fiança bancária, o instrumento deverá ser emitido por instituição devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, contendo cláusula de renúncia aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

4.1.5.9. A garantia prestada responderá por prejuízos decorrentes do não cumprimento do contrato, multas aplicadas pela Administração e demais consequências do inadimplemento, sem prejuízo das demais responsabilizações cabíveis.

4.1.5.10. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, para pagamento de qualquer obrigação, a contratada deverá promover sua reposição no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da notificação, admitida prorrogação motivada pela Administração.

4.1.5.11. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após sua extinção por culpa exclusiva da Administração, e, quando prestada em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.1.5.12. Na hipótese de a presente contratação ser executada sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração poderá condicionar a liberação da garantia à comprovação do adimplemento das obrigações trabalhistas decorrentes da execução contratual, inclusive verbas rescisórias, encargos previdenciários e depósitos do FGTS, na forma da legislação aplicável.

4.1.5.13. Na mesma hipótese, a garantia poderá ser liberada mediante comprovação de que os empregados vinculados à execução contratual foram regularmente realocados em outra atividade, sem interrupção dos respectivos contratos de trabalho, ou de que todas as verbas rescisórias foram devidamente quitadas.

4.1.6. Da Vistoria Técnica:

4.1.6.1. A avaliação prévia das condições locais de execução poderá ser realizada pelo licitante, quando entender necessária ao pleno conhecimento das características operacionais dos serviços, das peculiaridades das áreas públicas a serem atendidas e das condições relevantes para formulação da proposta.

4.1.6.2. Caso a Administração opte por prever vistoria, deverá assegurar aos interessados a possibilidade de sua realização em prazo razoável, mediante agendamento prévio, sem imposição de exigências desnecessárias ou restritivas à competitividade.

4.1.6.3. O licitante que optar por não realizar vistoria, quando prevista, poderá apresentar declaração formal de que possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

execução do objeto, não podendo alegar, posteriormente, desconhecimento como fundamento para descumprimento contratual ou pretensão de alteração da proposta.

4.1.7. Da Base Operacional e da Estrutura Local de Apoio:

4.1.7.1. Em razão da natureza contínua dos serviços, da necessidade de mobilização imediata de equipes, da manutenção de contato frequente com a fiscalização contratual e da pronta resposta a intercorrências operacionais, a futura contratada deverá dispor, até o início da execução contratual, de base operacional instalada no Município de Carira/SE ou em localidade próxima que permita atendimento tempestivo e eficiente às demandas da execução.

4.1.7.2. A base operacional deverá ser compatível com a dimensão dos serviços contratados e apta a comportar, no mínimo, a gestão operacional do contrato, a guarda de materiais, ferramentas e equipamentos de pequeno porte e o apoio administrativo e logístico às equipes envolvidas na execução.

4.1.7.3. A comprovação da disponibilização da base operacional será exigida da adjudicatária como condição para emissão da ordem de serviço ou para início da execução contratual, não constituindo requisito de habilitação.

4.1.7.4. A contratada deverá manter, durante toda a vigência contratual, preposto formalmente designado e aceito pela Administração, apto a representá-la administrativamente e a atender, de forma imediata, às solicitações da fiscalização.

4.1.8. Da Regularidade Ambiental:

4.1.8.1. Considerando que o objeto da contratação envolve a coleta, transporte e manejo de resíduos sólidos urbanos, a futura contratada deverá comprovar sua regularidade ambiental perante os órgãos competentes.

4.1.8.2. Para fins de habilitação, recomenda-se que o edital exija a apresentação dos seguintes documentos:

a) autorização ambiental para transporte de resíduos Classe IIA e IIB e/ou Classe II, expedida por órgão ambiental competente;

b) comprovante de inscrição no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, quando aplicável;

c) comprovante de inscrição no Cadastro Técnico Federal – CTF/APP e, quando cabível, no CTF/AIDA.

4.1.8.3. As exigências possuem pertinência com o objeto, tendo em vista que os serviços envolvem atividades potencialmente sujeitas a controle ambiental, especialmente no que se refere ao transporte e manejo de resíduos sólidos.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA**

4.1.8.4. Tais requisitos visam assegurar que a futura contratada possua regularidade ambiental mínima, mitigando riscos de:

- a) descarte irregular de resíduos;
- b) contaminação ambiental;
- c) responsabilização administrativa e ambiental da Administração.

4.1.8.5. Não será exigida comprovação de licenças relacionadas a resíduos de serviços de saúde - RSS, por não integrarem o objeto da contratação.

4.1.9. Das Condições Gerais de Execução:

4.1.9.1. A futura contratada deverá dispor, até o início da execução contratual, de estrutura operacional compatível com a natureza, a complexidade e a extensão dos serviços contratados, compreendendo mão de obra suficiente, equipamentos, ferramentas, utensílios, materiais de consumo, veículos, EPIs e demais recursos necessários à perfeita execução do objeto.

4.1.9.2. A contratada deverá manter durante toda a vigência contratual estrutura apta a assegurar a continuidade, regularidade, eficiência e qualidade dos serviços, responsabilizando-se pela reposição imediata de pessoal, equipamentos ou materiais sempre que necessário ao adequado atendimento das demandas da Administração.

4.1.9.3. Todos os profissionais alocados na execução dos serviços deverão estar devidamente uniformizados, identificados e equipados com os equipamentos de proteção individual e coletiva necessários ao desempenho das atividades que lhes forem atribuídas.

4.1.9.4. Caberá exclusivamente à contratada arcar com todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, inclusive aqueles relativos a pessoal, encargos sociais e trabalhistas, transporte, equipamentos, manutenção, combustíveis, ferramentas, insumos, uniformes e EPIs, não sendo admitida alegação posterior de desconhecimento ou insuficiência de previsão para eximir-se de suas obrigações.

4.1.9.5. A contratada deverá observar, durante toda a execução contratual, a legislação trabalhista, previdenciária, ambiental, sanitária e de segurança e medicina do trabalho, respondendo integralmente por eventuais irregularidades verificadas.

4.1.9.6. A prestação dos serviços deverá ocorrer de forma contínua, eficiente e em estrita consonância com o planejamento, a programação e as determinações da Administração, de modo a assegurar os resultados pretendidos com a contratação.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

5.1. A execução do objeto deverá ocorrer de forma contínua, planejada e supervisionada, observando rigorosamente as disposições deste Termo de Referência, as ordens de serviço emitidas



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

pela Administração e o planejamento operacional estabelecido pela fiscalização, de modo a assegurar a prestação adequada dos serviços de limpeza e conservação de vias e logradouros públicos do Município de Carira/SE, desde o início até o encerramento contratual, em conformidade com o art. 6º, inciso XXIII, alínea “e”, da Lei nº 14.133/2021.

5.2. Os serviços serão executados mediante a disponibilização, pela contratada, de mão de obra, veículos, máquinas, equipamentos, ferramentas, materiais, uniformes, equipamentos de proteção individual e demais insumos necessários ao fiel cumprimento do objeto, observadas as especificações técnicas, quantitativos estimados, rotinas operacionais e padrões mínimos de qualidade definidos neste Termo de Referência.

5.3. DOS SERVIÇOS INTEGRANTES DO OBJETO:

5.3.1. Integram o objeto da contratação os serviços constantes do quadro de serviços e quantitativos, compreendendo, dentre outros, os seguintes itens operacionais:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QUANT	PREÇO UNIT	VALOR TOTAL
01	LIMPESA URBANA				R\$ 5.920.278,59
01.001	COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E TRANSPORTE AO DESTINO FINAL				R\$ 5.920.278,59
01.001.001	PINTURA DE MEIO-FIO				R\$ 1.113.688,22
01.001.001.001	Pintura de meio fio (caiação)	m	202.857,60	R\$ 5,49	R\$ 1.113.688,22
01.001.002	COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E TRANSPORTE AO DESTINO FINAL				R\$ 517.525,84
01.001.002.001	Motorista de caminhão basculante com encargos complementares	mes	24,00	R\$ 8.590,73	R\$ 206.177,52
01.001.002.002	GARI COLETOR (SALÁRIO MENSAL)	MÊS	72,00	R\$ 4.196,90	R\$ 302.176,80
01.001.002.003	Kit básico de EPI - Fardamento, Bota de Couro, Capacete, Luva Raspa, Óculos, Máscara Filtro Papel, Filtro Solar FPS30 (Custo Mensal)	un	32,45	R\$ 252,86	R\$ 8.205,31
01.001.002.004	Pá quadrada	un	8,60	R\$ 45,13	R\$ 388,12
01.001.002.005	Vassoura 40 cm com cabo	un	8,60	R\$ 49,03	R\$ 421,66



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

01.001.002.006	Vassoura piaçava	un	8,60	R\$ 18,19	R\$ 156,43
01.001.003	VARRIÇÃO E RASPA- GEM MANUAL DE VIAS E LOGRADOU- ROS				R\$ 3.231.311,98
01.001.003.001	SUPERVISOR	MÊS	12,00	R\$ 9.337,81	R\$ 112.053,72
01.001.003.002	CABO DE TURMA	MÊS	12,00	R\$ 4.890,69	R\$ 58.688,28
01.001.003.003	GARI VARREDOR (SA- LÁRIO MENSAL)	MÊS	720,00	R\$ 4.196,90	R\$ 3.021.768,00
01.001.003.004	Kit básico de EPI - Far- damento, Bota de Couro, Capacete, Luva Raspa, Óculos, Máscara Filtro Papel, Filtro Solar FPS30 (Custo Mensal)	un	108,00	R\$ 252,86	R\$ 27.308,88
01.001.003.005	Vassoura 40 cm com cabo	un	90,00	R\$ 49,03	R\$ 4.412,70
01.001.003.006	Vassoura piaçava	un	135,00	R\$ 18,19	R\$ 2.455,65
01.001.003.007	Pá quadrada	un	10,00	R\$ 45,13	R\$ 451,30
01.001.003.008	Carrinho de mão	un	15,00	R\$ 226,25	R\$ 3.393,75
01.001.003.009	Enxada estreita de 240 x 230mm, sem cabo	un	15,00	R\$ 51,98	R\$ 779,70
01.001.004	LIMPESA DE FEIRA LI- VRE				R\$ 251.814,00
01.001.004.001	GARI VARREDOR (SA- LÁRIO MENSAL)	MÊS	60,00	R\$ 4.196,90	R\$ 251.814,00
01.001.005	CAPINAÇÃO E ROÇA- GEM RASPAGEM DE LINHA D'ÁGUA, E PODA DE ARVORE				R\$ 606.924,15
01.001.005.001	Limpeza manual de ter- reno com vegetação rasteira, incluindo roça- gem e queima	m2	66.982,72	R\$ 5,98	R\$ 400.556,67
01.001.005.002	Poda de arvores, exceto remoção de entulho	un	1.260,00	R\$ 98,06	R\$ 123.555,60
01.001.005.003	Destocamento de árvo- res de porte médio e raí- zes profundas, sem au- xílio mecânico	un	252,00	R\$ 296,53	R\$ 74.725,56



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

01.001.005.004	Destocamento de árvores diâmetro superior a 0,30m	un	72,00	R\$ 112,31	R\$ 8.086,32
01.001.006	RECOLHIMENTO DE ENTULHO				R\$ 199.014,40
01.001.006.001	Coleta e carga manuais de entulho	m3	8.320,00	R\$ 23,92	R\$ 199.014,40
	TOTAL DO ORÇAMENTO				R\$ 5.920.278,59

OBS: As planilhas de composição de preços encontram-se no ANEXO I deste Termo de Referência.

5.3.2. Os quantitativos estimados, as respectivas unidades de medição e demais elementos de dimensionamento dos serviços também constam em planilha integrante deste Termo de Referência, a qual servirá de base para a formulação da proposta, execução contratual, medição e pagamento.

5.4. DAS ESPECIFICAÇÕES E DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.4.1. DA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E TRANSPORTE AO DESTINO FINAL:

5.4.1.1. O serviço de coleta de resíduos sólidos domiciliares compreenderá o recolhimento regular de todos os resíduos dispostos pelos munícipes para coleta, incluindo resíduos sólidos domiciliares acondicionados e resíduos originários de estabelecimentos públicos institucionais, de prestação de serviços públicos, comerciais e industriais, desde que compatíveis com a legislação municipal e com as características do serviço, excluídos os resíduos infectantes, químicos perigosos, de saúde e outros resíduos tóxicos ou perigosos oriundos de atividades específicas.

5.4.1.2. A coleta manual será aquela em que os resíduos forem recolhidos diretamente pelos coletores junto aos recipientes ou pontos de disposição padronizados, sendo posteriormente carregados manualmente para o caminhão coletor.

5.4.1.3. A coleta mecanizada será aquela em que os resíduos forem removidos por dispositivos próprios dos veículos ou equipamentos destinados a esse fim, quando cabível e compatível com as características locais.

5.4.1.4. O serviço deverá abranger áreas urbanas, povoados e demais logradouros públicos abrangidos pelo planejamento da Administração, observando-se os setores, roteiros e frequências estabelecidos pelo Município.

5.4.1.5. A execução do serviço ocorrerá em turno diurno, observando-se, como referência operacional do documento-base, o horário compreendido entre 07h00 e 17h00, podendo a Administração adequar horários, roteiros e frequências conforme a necessidade do serviço e o interesse público.

5.4.1.6. Não será permitida a permanência de resíduos nas vias públicas após a conclusão da



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA**

atividade de coleta, devendo a contratada adotar todos os cuidados necessários para evitar derramamento de lixo ou transporte inadequado durante o deslocamento dos veículos.

5.4.1.7. Os resíduos coletados deverão ser encaminhados ao local de destinação final indicado pela Administração, em condições adequadas de segurança, vedado o descarte em local não autorizado. No documento-base há referência ao encaminhamento ao aterro/lixão controlado municipal, devendo essa informação ser ajustada à solução efetivamente adotada pelo Município.

5.4.1.8. Para execução do serviço, deverão ser disponibilizados veículos e equipes em número suficiente ao atendimento da demanda, devendo a contratada manter os equipamentos em perfeitas condições de operação, segurança e higiene.

5.4.2. DA VARRIÇÃO E RASPAGEM MANUAL DE VIAS E LOGRADOUROS:

5.4.2.1. A varrição manual compreenderá a operação manual de limpeza das vias públicas pavimentadas, consistente na retirada de resíduos existentes sobre o pavimento, sarjetas, meios-fios e áreas adjacentes, incluindo o esvaziamento de cestos de lixo existentes nos logradouros públicos e o acondicionamento adequado dos resíduos recolhidos.

5.4.2.2. A execução abrangerá ruas, avenidas, praças, canteiros centrais e demais áreas públicas pavimentadas definidas pela Administração, sendo facultada à contratada a utilização de tecnologias ou equipamentos que propiciem resultado equivalente ou superior ao padrão de qualidade proposto para a varrição manual, desde que previamente aceitos pela fiscalização.

5.4.2.3. O produto da varrição deverá ser acondicionado em sacos plásticos e recolhido para destinação adequada, não sendo admitido seu acúmulo em passeios, canteiros ou vias públicas.

5.4.2.4. O serviço será realizado de segunda a sábado, em turno diurno, observando-se como referência operacional o horário de 07h00 às 17h00, sem prejuízo de ajustes posteriores pela Administração.

5.4.2.5. Os cestos de lixo eventualmente existentes nas áreas atendidas deverão ser esvaziados pelos garis, concomitantemente às atividades de varrição, devendo os resíduos ser acondicionados juntamente com o produto da varrição.

5.4.3. DA CAPINAÇÃO, ROÇAGEM E RASPAGEM DE LINHA D'ÁGUA:

5.4.3.1. Os serviços de capinação, roçagem, raspagem de linha d'água e poda de árvores compreenderão as atividades necessárias à remoção de vegetação invasiva, mato, resíduos aderidos às sarjetas, galhos, arbustos e demais materiais que comprometam a adequada conservação das vias e logradouros públicos.

5.4.3.2. Os serviços de capinação, roçagem e raspagem de linha d'água consistirão na remoção de vegetação invasiva, mato, ervas daninhas, resíduos e incrustações existentes em sarjetas, meios-fios, canteiros, praças, jardins e demais áreas públicas indicadas pela Administração.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA**

5.4.3.3. A roçagem poderá ser executada de forma manual ou mecanizada, mediante utilização de roçadeiras costais e demais ferramentas apropriadas, observando-se os cuidados necessários à segurança dos trabalhadores, de terceiros e do patrimônio público e privado.

5.4.3.4. Os ajudantes vinculados a esse serviço deverão realizar o apoio operacional, inclusive coleta e acondicionamento dos resíduos resultantes, com posterior remoção do material gerado.

5.4.3.5. O abastecimento de equipamentos mecanizados, o transporte de pessoal, ferramentas e materiais, assim como a manutenção dos equipamentos, correrão por conta exclusiva da contratada.

5.4.3.6. O material resultante dos serviços de roçagem, capina e raspagem deverá ser recolhido ao término da atividade e destinado ao local indicado pela Administração, não sendo admitida sua permanência no logradouro público após a execução.

5.4.3.7. Os serviços serão executados de segunda a sábado, em turno diurno, observando-se, como parâmetro operacional, o horário entre 07h00 e 17h00.

5.4.4. DA PINTURA DE MEIO-FIO:

5.4.4.1. O serviço de pintura de meio-fio consistirá na aplicação de solução de cal hidratada e fixador, ou outro material aceito pela Administração, nos meios-fios de vias públicas, canteiros e postes de iluminação pública, após prévia limpeza da superfície.

5.4.4.2. A pintura somente poderá ser executada após a conclusão dos serviços de capina, raspagem, varrição ou retirada dos resíduos locais, a fim de assegurar melhor acabamento, aderência e padrão visual.

5.4.4.3. A execução ocorrerá de acordo com roteiro previamente estabelecido pelo Município e poderá ser objeto de ordens de serviço específicas emitidas pela fiscalização.

5.4.4.4. O serviço será executado de segunda a sábado, em turno diurno, observando-se como referência o horário de 07h00 às 17h00.

5.4.5. DA DESOBSTRUÇÃO DE BUEIROS:

5.4.5.1. O serviço de desobstrução de bueiros consistirá na retirada de resíduos, sedimentos, areia, terra e materiais diversos que impeçam o regular escoamento das águas pluviais e comprometam o funcionamento da drenagem superficial.

5.4.5.2. A atividade será executada periodicamente, bem como sempre que determinada pela Administração, utilizando-se mão de obra, ferramentas e equipamentos compatíveis com a natureza do serviço.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA**

5.4.5.3. Todo material retirado deverá ser recolhido e destinado adequadamente, não sendo permitida sua deposição em local impróprio.

5.4.6. DA PODA DE ÁRVORES:

5.4.6.1. O serviço de poda de árvores consistirá na retirada de galhos, ramos, arbustos e partes vegetais que comprometam a circulação, a sinalização, a iluminação pública, a segurança da população ou a estética urbana, observadas as determinações da Administração.

5.4.6.2. A atividade abrangerá poda de pequeno, médio e grande porte, bem como remoções eventuais quando houver necessidade técnica devidamente justificada.

5.4.6.3. A execução dependerá de ordem de serviço específica e deverá utilizar os equipamentos apropriados à altura, porte e risco da intervenção, inclusive caminhão, escadas, ferramentas de corte e demais recursos operacionais, quando necessários.

5.4.6.4. Todo resíduo resultante da poda deverá ser imediatamente recolhido e removido pela contratada após a execução do serviço.

5.4.7. DESTOCAMENTO E REMOÇÃO DE ÁRVORES:

5.4.7.1. Quando incluído na programação da Administração, o destocamento e a remoção de árvores compreenderão as atividades de extração de tocos, raízes e demais partes vegetais remanescentes, bem como a remoção de árvores de pequeno, médio ou grande porte, com emprego de equipamentos e mão de obra adequados à complexidade da atividade.

5.4.7.2. Os serviços deverão ser executados com observância de todas as cautelas de segurança, inclusive sinalização da área, isolamento do local e manejo adequado dos resíduos gerados.

5.4.8. DA COLETA DE ENTULHO:

5.4.8.1. A coleta de entulho compreenderá o recolhimento manual ou mecanizado de resíduos de construção leve, restos de poda, resíduos inertes, materiais provenientes da limpeza pública e outros resíduos correlatos depositados em vias e logradouros públicos, observada a programação da Administração.

5.4.8.2. A execução deverá ocorrer com utilização de caminhões basculantes, pás, enxadas, carrinhos de mão e demais equipamentos necessários ao adequado carregamento, transporte e descarte do material.

5.4.8.3. Os veículos e equipes deverão ser dimensionados de forma suficiente ao atendimento da demanda, mantendo-se padrões adequados de segurança, limpeza e eficiência operacional.

5.5. DOS UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL:



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA**

5.5.1. Os uniformes a serem fornecidos pela contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desenvolvida, sem qualquer repasse do seu custo ao empregado, observando-se a necessidade de reposição periódica, substituição em caso de desgaste e adequação aos padrões mínimos de segurança e identificação visual.

5.5.2. Para os postos de varredor e limpeza, o documento-base prevê, como referência de fornecimento:

- a) 02 camisas com manga de malha ou brim, tipo sol a sol ou similar;
- b) 02 calças em brim leve ou similar, com elástico e cordão de algodão;
- c) 01 boné de brim ou item equivalente definido pela contratante;
- d) 01 capa de chuva plástica ou item similar;
- e) 01 par de sapatos ou botinas de segurança;
- f) EPIs compatíveis com a atividade, inclusive luvas, máscara e protetor solar, quando exigido.

5.5.3. A contratada deverá fornecer, conforme o posto de trabalho e os riscos inerentes a cada atividade, os EPIs necessários, incluindo, quando cabíveis: luvas, botas, máscaras, protetor solar, coletes, bonés, capas de chuva, óculos de proteção, perneiras e demais itens destinados à preservação da integridade física dos trabalhadores.

5.5.4. Os empregados deverão apresentar-se sempre devidamente uniformizados, identificados e equipados durante toda a jornada de trabalho, sendo vedado o exercício da atividade sem os respectivos uniformes e EPIs.

5.5.5. A substituição de uniformes e equipamentos de proteção individual deverá ocorrer sempre que os itens se apresentarem desgastados, danificados ou inadequados ao uso, sem ônus adicional para a Administração.

5.6. DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS:

5.6.1. A contratada deverá disponibilizar, durante toda a execução contratual, veículos, máquinas, equipamentos e ferramentas adequados, suficientes e compatíveis com a natureza, a complexidade e a extensão dos serviços contratados, de modo a assegurar a continuidade, a eficiência, a segurança e a qualidade da prestação dos serviços.

5.6.2. Para a execução dos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares, a contratada deverá dispor, dentre outros meios operacionais compatíveis, de caminhões coletores compactadores, bem como de veículos auxiliares ou de apoio que se revelem necessários à adequada cobertura dos roteiros, ao recolhimento dos resíduos e ao seu transporte até o local de destinação final indicado pela Administração.

5.6.3. Para os serviços de recolhimento de entulho, restos de poda, resíduos inertes e materiais correlatos, a contratada deverá dispor de caminhões basculantes, carrocerias adequadas, bem como de equipamentos e ferramentas auxiliares de carregamento, movimentação e remoção dos materiais, a exemplo de pás, enxadas, carrinhos de mão, gadanhos, forcados e outros instrumentos



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

compatíveis com o tipo de resíduo a ser recolhido.

5.6.4. Para a execução dos serviços de capinação, roçagem e raspagem de linha d'água, a contratada deverá disponibilizar roçadeiras costais, equipamentos de corte, lâminas, fios de nylon, enxadas, pás, foices, facões, gadanhos, rastelos, vassourões e demais ferramentas manuais ou mecanizadas necessárias à adequada remoção da vegetação, resíduos e incrustações existentes nas vias e logradouros públicos.

5.6.5. Para os serviços de poda de árvores, corte de galhos, remoção de arbustos e manejo vegetal em geral, a contratada deverá contar com equipamentos e ferramentas compatíveis com o porte da vegetação e com o grau de complexidade da intervenção, podendo incluir motosserras, moto podas, serras manuais, tesouras de poda, facões, escadas, cordas, cones de sinalização, fitas de isolamento e veículos de apoio operacional, sempre que necessários à execução segura e eficiente dos serviços.

5.6.6. Para os serviços de varrição manual de vias e logradouros públicos, a contratada deverá fornecer às equipes os equipamentos e ferramentas apropriados à atividade, tais como vassouras, pás coletoras, carrinhos funcionais, sacos plásticos, recipientes de apoio, enxadas, escovas, rastelos e demais utensílios necessários ao adequado recolhimento, acondicionamento e remoção dos resíduos varridos.

5.6.7. Para os serviços de limpeza e pintura de meio-fio, a contratada deverá dispor de materiais, equipamentos e ferramentas apropriadas à limpeza prévia da superfície e à aplicação da pintura, incluindo brochas, pincéis, baldes, recipientes de preparo, enxadas, raspadores, pás, escovas e outros utensílios necessários à boa execução da atividade, observando-se o padrão visual definido pela Administração.

5.6.8. Para os serviços de desobstrução de bueiros, drenagens superficiais e dispositivos correlatos, a contratada deverá disponibilizar equipamentos, ferramentas e utensílios aptos à retirada de resíduos, sedimentos, lama, areia, terra e materiais acumulados, compreendendo, quando necessário, pás, enxadas, picaretas, alavancas, baldes, carrinhos de mão, ganchos, ferramentas de escavação manual e demais instrumentos adequados à natureza da intervenção.

5.6.9. Sempre que a natureza dos serviços exigir, a contratada deverá disponibilizar veículos de apoio operacional, transporte de equipes, ferramentas e materiais, bem como máquinas e equipamentos complementares que permitam maior eficiência na execução dos serviços, sem prejuízo da segurança dos trabalhadores, dos usuários das vias públicas e do patrimônio público e privado.

5.6.10. Todos os veículos, máquinas, equipamentos e ferramentas utilizados na execução contratual deverão ser mantidos em perfeitas condições de funcionamento, conservação, segurança, higiene e regularidade, cabendo à contratada arcar integralmente com os custos de operação, abastecimento, manutenção preventiva e corretiva, reposição, licenciamento, seguros, transporte e demais despesas necessárias ao pleno atendimento do objeto.

5.6.11. Não será admitida a utilização de veículos, máquinas, equipamentos ou ferramentas que



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA**

comprometam a qualidade, a continuidade, a segurança ou a eficiência da execução contratual, podendo a fiscalização exigir sua imediata substituição sempre que constatada inadequação técnica, insuficiência operacional ou condição imprópria de uso.

5.7. DA ROTINA OPERACIONAL, HORÁRIOS E PROGRAMAÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.7.1. Os serviços serão executados, em regra, de segunda a sábado, em turno diurno, observando-se, como parâmetro geral do documento-base, a faixa horária entre 07h00 e 17h00, sem prejuízo de adequações determinadas pela Administração em função de necessidades específicas, eventos, sazonalidade, áreas de maior fluxo ou situações emergenciais.

5.7.2. A Administração poderá expedir ordens de serviço complementares para atendimento de situações específicas, emergenciais ou eventuais, devendo a contratada manter capacidade operacional suficiente para atender às programações ordinárias e extraordinárias compatíveis com o escopo do contrato.

5.7.3. Os roteiros, setores, frequências e prioridades de atendimento serão definidos pela Administração, cabendo à contratada ajustar sua estrutura operacional a tais diretrizes, sem prejuízo da possibilidade de sugestões técnicas para otimização do serviço, desde que previamente aprovadas pela fiscalização.

5.8. DOS PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE:

5.8.1. A execução dos serviços deverá atender a padrões mínimos de qualidade, produtividade, segurança, higiene e conservação urbana, sendo vedada a prestação deficiente, incompleta ou em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

5.8.2. A contratada será obrigada a refazer, corrigir, complementar ou substituir, sem ônus para a Administração, os serviços executados em desconformidade com as exigências contratuais ou que não alcancem os resultados mínimos esperados.

5.8.3. O modelo de execução deverá assegurar a adequada produção dos resultados pretendidos pela Administração, abrangendo todas as etapas operacionais do contrato, desde a mobilização dos recursos até a prestação contínua dos serviços, seu acompanhamento, correção de falhas e encerramento contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6. DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL:

6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada, gerenciada e fiscalizada de forma contínua e sistemática por representantes da Administração especialmente designados, com a finalidade de assegurar o cumprimento integral das obrigações assumidas pela contratada, a observância das especificações técnicas constantes deste Termo de Referência e a obtenção dos resultados pretendidos pela Administração, na forma do art. 6º, inciso XXIII, alínea “f”, e do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

6.2. A gestão e a fiscalização contratual serão exercidas pela Secretaria Municipal competente, por meio de gestor e fiscal do contrato formalmente designados, aos quais caberá acompanhar a execução dos serviços, controlar a regularidade da prestação, registrar ocorrências, exigir correções, proceder à avaliação do desempenho contratual e adotar as providências cabíveis diante de falhas, irregularidades ou inadimplementos.

6.3. A atuação da fiscalização e da gestão contratual não exclui nem reduz a responsabilidade exclusiva da contratada pela execução integral do objeto, inclusive quanto à qualidade dos serviços prestados, à adequação dos recursos empregados, ao cumprimento das obrigações legais e contratuais e à reparação de eventuais danos causados à Administração ou a terceiros.

6.4. DAS COMUNICAÇÕES E DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO:

6.4.1. As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ocorrer preferencialmente por escrito, admitindo-se o uso de correio eletrônico institucional, mensagem eletrônica, notificações formais, atas, relatórios e ordens de serviço, sempre que o ato não exigir forma específica.

6.4.2. Todos os atos relevantes relacionados à execução contratual deverão ser formalmente registrados, inclusive ordens de serviço, notificações, solicitações de providências, registros de ocorrências, relatórios de fiscalização, medições, atestos, glosas, comunicações de falhas e demais documentos pertinentes ao acompanhamento do contrato.

6.4.3. A Administração poderá convocar, a qualquer tempo, o preposto da contratada ou seu representante formal para reunião, esclarecimento, apresentação de justificativas, alinhamento operacional ou adoção imediata de providências necessárias à regular execução do contrato.

6.5. DA REUNIÃO INICIAL E DO PLANO EXECUTIVO DE FISCALIZAÇÃO:

6.5.1. Após a assinatura do contrato, a Administração poderá promover reunião inicial com o representante da contratada, o gestor e o fiscal do contrato, com a finalidade de apresentar o plano de fiscalização e alinhar as rotinas administrativas e operacionais relativas à execução do objeto.

6.5.2. Nessa reunião poderão ser tratados, dentre outros aspectos:

- a) as obrigações contratuais da contratada;
- b) os mecanismos de fiscalização e controle;
- c) os procedimentos de comunicação entre contratante e contratada;
- d) os roteiros, setores, frequências e horários iniciais de execução;
- e) os critérios de medição e pagamento;
- f) os padrões mínimos de qualidade exigidos;
- g) as hipóteses de glosa, recusa de serviços e aplicação de sanções;
- h) a forma de apresentação de relatórios, documentos e comprovantes relacionados à execução do contrato.

6.5.3. Quando entender necessário, a Administração poderá exigir da contratada a apresentação



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

de plano complementar de execução, contendo a indicação do preposto, a logística de mobilização, a distribuição inicial das equipes, a relação dos veículos, equipamentos e ferramentas a serem empregados, bem como demais informações necessárias ao adequado acompanhamento contratual.

6.6. DO PREPOSTO DA CONTRATADA:

6.6.1. A contratada deverá indicar formalmente, até o início da execução contratual, preposto para representá-la perante a Administração durante toda a vigência do contrato, devendo este ser aceito pela contratante.

6.6.2. O preposto deverá possuir poderes suficientes para receber notificações, prestar informações, apresentar documentos, acompanhar a fiscalização, relatar ocorrências, providenciar correções e adotar medidas imediatas destinadas ao regular cumprimento das obrigações contratuais.

6.6.3. O preposto deverá manter contato permanente com a fiscalização do contrato, comparecendo às reuniões convocadas pela Administração e atendendo prontamente às solicitações que lhe forem dirigidas.

6.6.4. A substituição do preposto somente poderá ocorrer mediante comunicação formal à Administração, devendo o substituto possuir capacidade equivalente para o exercício da função.

6.7. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

6.7.2. O fiscal do contrato acompanhará a execução contratual com o objetivo de verificar o cumprimento de todas as condições estabelecidas no contrato e neste Termo de Referência, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.3. Compete ao fiscal do contrato, sem prejuízo de outras atribuições que lhe sejam formalmente conferidas:

- a) acompanhar a execução dos serviços em campo e documentalmente;
- b) verificar se a prestação dos serviços ocorre em conformidade com os roteiros, frequências, jornadas, horários e ordens de serviço estabelecidos pela Administração;
- c) controlar a efetiva disponibilização de mão de obra, veículos, máquinas, equipamentos, ferramentas, uniformes e EPIs exigidos para a execução contratual;
- d) verificar a qualidade e a adequação dos serviços executados, inclusive quanto à coleta de resíduos domiciliares, varrição, raspagem manual, capinação, roçagem, pintura de meio-fio, poda de árvores, desobstrução de bueiros, recolhimento de entulho e demais atividades contratadas;
- e) registrar no histórico de gerenciamento do contrato ou instrumento equivalente todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição das falhas, impropriedades, determinações expedidas e providências adotadas;



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA**

- f) emitir notificações para a correção de falhas, estabelecendo prazo razoável para regularização;
- g) informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, as situações que demandem decisão ou providências que ultrapassem sua competência;
- h) comunicar imediatamente ao gestor do contrato a ocorrência de fatos que possam inviabilizar a execução nas datas programadas ou comprometer a continuidade dos serviços;
- i) subsidiar a medição dos serviços efetivamente executados;
- j) atestar, quando for o caso, o cumprimento das obrigações contratuais para fins de liquidação e pagamento;
- k) comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a proximidade do término contratual, com vistas à adoção das providências necessárias quanto à prorrogação, encerramento ou nova contratação.

6.8. DA FISCALIZAÇÃO EM CAMPO:

6.8.1. A fiscalização dos serviços será exercida de forma contínua, preventiva e corretiva, mediante inspeções em campo, verificação documental, conferência de rotas, acompanhamento de equipes, análise da adequação dos meios operacionais utilizados e avaliação dos resultados produzidos.

6.8.2. No acompanhamento em campo, a fiscalização poderá verificar, dentre outros aspectos:

- a) presença e regularidade das equipes alocadas;
- b) utilização de uniformes, EPIs e equipamentos adequados;
- c) condições de uso, conservação e segurança dos veículos e máquinas;
- d) observância dos horários, jornadas, frequências e roteiros definidos;
- e) qualidade dos serviços executados;
- f) recolhimento e destinação dos resíduos conforme determinado pela Administração;
- g) atendimento às ordens de serviço e às exigências deste Termo de Referência;
- h) necessidade de reforço operacional, substituição de pessoal, equipamentos ou veículos;
- i) existência de falhas que comprometam a limpeza urbana, a segurança sanitária, a conservação dos logradouros ou a continuidade dos serviços.

6.8.3. Sempre que constatadas falhas, atrasos, impropriedades ou serviços prestados em desconformidade com o contrato, a fiscalização deverá registrar a ocorrência e adotar as medidas cabíveis para correção, sem prejuízo de eventual glosa, recusa de medição ou instauração de procedimento sancionatório.

6.9. DO REGISTRO DE OCORRÊNCIAS E DAS NOTIFICAÇÕES:

6.9.1. Todas as ocorrências relacionadas à execução contratual deverão ser registradas em histórico de gerenciamento do contrato, relatório próprio, livro de ocorrências ou sistema equivalente, de forma clara, objetiva e cronológica.

6.9.2. Os registros deverão conter, sempre que possível:



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA**

- a) descrição da ocorrência;
- b) data, horário e local;
- c) identificação da equipe, veículo ou serviço envolvido;
- d) providência determinada pela fiscalização;
- e) prazo fixado para correção;
- f) informação sobre o atendimento ou não da determinação;
- g) eventual repercussão na medição, no pagamento ou na responsabilização da contratada.

6.9.3. Identificada qualquer inexatidão, inadequação ou irregularidade, o fiscal emitirá notificação à contratada para correção da execução, fixando prazo compatível com a natureza da falha e a urgência do saneamento.

6.9.4. O não atendimento tempestivo das determinações da fiscalização poderá ensejar glosa da medição, recusa de recebimento, apuração de responsabilidade e aplicação das penalidades cabíveis, observados o contraditório e a ampla defesa.

6.10. DO GESTOR DO CONTRATO:

6.10.1. O gestor do contrato coordenará o processo de acompanhamento e fiscalização, promovendo a atualização do processo administrativo relativo à execução contratual e supervisionando os atos praticados pelos fiscais.

6.10.2. COMPETE AO GESTOR DO CONTRATO:

- a) acompanhar os registros realizados pela fiscalização e as providências adotadas;
- b) promover a organização e atualização do histórico de gerenciamento do contrato, compreendendo ordens de serviço, ocorrências, notificações, medições, glosas, apostilamentos, prorrogações e termos aditivos;
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada para fins de empenho, liquidação e pagamento;
- d) monitorar os aspectos relacionados a garantias, retenções, glosas, sanções e demais repercussões administrativas da execução contratual;
- e) adotar providências quando as irregularidades ultrapassarem a esfera de atuação do fiscal;
- f) emitir manifestação quanto ao desempenho da contratada, com base nos registros da fiscalização e nos critérios objetivos definidos no contrato;
- g) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização, quando cabível;
- h) elaborar relatório final sobre a execução contratual, contendo informações acerca do cumprimento dos objetivos da contratação e eventuais recomendações para aperfeiçoamento das contratações futuras;
- i) encaminhar a documentação necessária ao setor competente para formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão do contrato.

6.11. DA SUPERVISÃO ADMINISTRATIVA E DA VERIFICAÇÃO DOCUMENTAL:



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA**

6.11.1. A gestão e a fiscalização contratual compreenderão também a verificação da manutenção das condições de habilitação e regularidade da contratada, bem como o acompanhamento do cumprimento das obrigações acessórias relacionadas à execução do contrato.

6.11.2. Sempre que necessário, a Administração poderá solicitar da contratada documentos comprobatórios pertinentes à execução contratual, inclusive aqueles relacionados à regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária, securitária, à disponibilidade dos veículos e equipamentos e ao atendimento das exigências deste Termo de Referência.

6.11.3. O fiscal ou o gestor poderá, quando cabível, solicitar esclarecimentos, documentos, relatórios operacionais, comprovação de manutenção de veículos e máquinas, relação de pessoal alocado, registros de fornecimento de EPIs e outras informações necessárias ao adequado acompanhamento da execução.

6.12. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS:

6.12.1. O recebimento dos serviços ocorrerá mediante verificação de sua conformidade com as especificações deste Termo de Referência, com as ordens de serviço emitidas e com os padrões mínimos de qualidade definidos pela Administração.

6.12.2. O recebimento poderá ocorrer em caráter provisório, inicialmente, por servidor ou comissão designada para esse fim, até a verificação da conformidade dos serviços executados.

6.12.3. O recebimento definitivo somente será formalizado após a constatação, pela Administração, de que os serviços foram prestados de forma adequada, regular e compatível com as exigências contratuais.

6.12.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade, correção, regularidade e segurança dos serviços executados, nem afasta a obrigação de sanar vícios ou falhas posteriormente identificados.

6.13. DA MEDIÇÃO, DO ATESTO E DO ENCAMINHAMENTO PARA PAGAMENTO:

6.13.1. A medição dos serviços será realizada com base na efetiva execução das atividades contratadas, observados os critérios definidos neste Termo de Referência, as unidades de medição previstas na planilha orçamentária e os registros realizados pela fiscalização.

6.13.2. A fiscalização deverá verificar se os quantitativos medidos correspondem aos serviços efetivamente executados, considerando a qualidade, a abrangência, a regularidade e a conformidade da prestação.

6.13.3. O atesto da execução contratual somente será emitido quando constatado o cumprimento adequado das obrigações assumidas pela contratada, sem prejuízo de glosas ou retenções parciais em relação a parcelas executadas de forma deficiente, incompleta ou em desconformidade.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA**

6.13.4. O gestor do contrato encaminhará ao setor competente a documentação pertinente à liquidação e ao pagamento, no valor efetivamente dimensionado pela fiscalização e pela gestão contratual, observadas as glosas, retenções ou ajustes eventualmente incidentes.

6.14. DAS GLOSAS, CORREÇÕES E MEDIDAS SANEADORAS:

6.14.1. Poderão ser promovidas glosas, retenções, ajustes na medição ou não atesto dos serviços sempre que constatada:

- a) inexecução total ou parcial do objeto;
- b) execução inadequada, deficiente ou em desacordo com as especificações contratuais;
- c) descumprimento de rotas, frequências, horários ou ordens de serviço;
- d) insuficiência de pessoal, veículos, máquinas, equipamentos, ferramentas, uniformes ou EPIs;
- e) ausência de correção das irregularidades apontadas pela fiscalização;
- f) descumprimento de obrigações contratuais, legais ou regulamentares que interfiram na adequada prestação dos serviços.

6.14.2. Quando constatada qualquer irregularidade, a contratada será notificada para promover o saneamento da falha no prazo fixado pela Administração, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

6.14.3. Na hipótese de os serviços executados não atenderem às especificações previstas neste Termo de Referência, a Administração poderá rejeitá-los, no todo ou em parte, obrigando-se a contratada a realizar as correções, complementações ou refazimentos necessários.

6.15. DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA PERANTE A FISCALIZAÇÃO:

6.15.1. A contratada deverá permitir amplo acesso da fiscalização às áreas, equipes, veículos, máquinas, equipamentos, documentos e informações relacionados à execução contratual, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados.

6.15.2. A contratada deverá cumprir prontamente as determinações expedidas pela fiscalização e pela gestão do contrato, adotando as medidas corretivas necessárias sempre que constatadas falhas ou inadequações.

6.15.3. A ausência de manifestação imediata da fiscalização acerca de determinada falha não implica concordância, aceitação tácita ou renúncia ao direito da Administração de exigir a correção ou apurar responsabilidade posteriormente.

6.16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS SOBRE A GESTÃO CONTRATUAL:

6.16.1. 6.16.1. O gerenciamento, a supervisão e a fiscalização da execução do objeto contratual ficarão a cargo da Secretaria Municipal de OBRAS, por meio do gestor do contrato Sr.(a) Lais Nascimento Oliveira, CPF nº 066.xxx.xx-62, e do fiscal do contrato Sr.(a) Hans Pereira da Costa, CREA nº 12927-SE, sem prejuízo da atuação de outros servidores formalmente designados.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA**

6.16.2. O modelo de gestão e fiscalização contratual deverá assegurar acompanhamento permanente da execução, pronta identificação de falhas, adoção tempestiva de medidas corretivas, adequada aferição dos resultados e preservação do interesse público envolvido na contratação.

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

7.1. DO PAGAMENTO:

7.1.1. O pagamento será efetuado mediante processo regular de liquidação da despesa, com base na medição dos serviços efetivamente executados, no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da apresentação da Nota Fiscal ou Fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato e acompanhada da documentação comprobatória exigida para o recebimento.

7.1.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser emitida em conformidade com os valores constantes do boletim de medição aprovado pela fiscalização, não sendo admitida cobrança em desacordo com os quantitativos efetivamente aferidos.

7.1.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, inclusive obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência contratual, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada adote as medidas saneadoras necessárias, iniciando-se a contagem do prazo para pagamento somente após a regularização da situação, sem qualquer ônus para a Administração.

7.1.4. O aceite da execução do objeto será formalizado mediante atesto da Nota Fiscal ou Fatura, correspondendo exclusivamente aos serviços efetivamente executados e recebidos em conformidade com as exigências contratuais.

7.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade ou quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada para pagamento no prazo contratualmente previsto.

7.1.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.1.7. A contratada optante pelo Simples Nacional, quando for o caso, não sofrerá retenção dos tributos abrangidos por esse regime, desde que apresente comprovação válida de sua condição tributária, na forma da legislação vigente.

7.1.8. Para fins de liquidação e pagamento, a contratada deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade fiscal e trabalhista, inclusive perante o FGTS, Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal e Justiça do Trabalho, sem prejuízo de outros documentos cuja exigência decorra da natureza da contratação ou da legislação aplicável.

7.1.9. Não haverá pagamento antecipado.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

7.1.10. Em caso de atraso no pagamento por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos serão atualizados monetariamente pelo IPCA/IBGE, observada a legislação vigente.

7.2. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO:

7.2.1. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os serviços efetivamente executados, observados os quantitativos medidos, as unidades de medição previstas na planilha orçamentária, as especificações técnicas deste Termo de Referência, as ordens de serviço emitidas pela Administração e os registros realizados pela fiscalização.

7.2.2. A medição deverá ser formalizada por meio de boletim de medição, relatório ou documento equivalente, elaborado com base nas verificações da fiscalização, contendo os quantitativos executados no período, os serviços realizados, as eventuais ocorrências e as observações relevantes para fins de atesto e pagamento.

7.2.3. A avaliação da execução do objeto utilizará os critérios estabelecidos neste Termo de Referência, devendo haver redimensionamento no pagamento, com glosa proporcional à irregularidade verificada, sempre que a contratada:

- a) não produzir os resultados acordados;
- b) deixar de executar os serviços contratados;
- c) executar os serviços com qualidade inferior à mínima exigida;
- d) deixar de utilizar os recursos humanos, veículos, máquinas, equipamentos, ferramentas, uniformes, EPIs ou materiais exigidos para a execução do serviço;
- e) utilizar recursos em quantidade ou qualidade inferior à demandada;
- f) descumprir rotas, frequências, horários, ordens de serviço ou demais condições operacionais estabelecidas pela Administração.

7.2.4. A aferição dos serviços observará, conforme a natureza da atividade, as respectivas unidades de medição previstas na planilha orçamentária, tais como metro, metro quadrado, metro cúbico, unidade, mês ou outra unidade tecnicamente aplicável a cada serviço.

7.2.5. A contratada somente poderá apresentar Nota Fiscal após a aprovação do boletim de medição pela fiscalização do contrato.

7.2.6. Verificada a execução parcial, inadequada ou desconforme dos serviços, a Administração poderá promover glosa, retenção, não atesto, ajuste de medição ou recusa de recebimento, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.3. DO REAJUSTE DOS PREÇOS:

7.3.1. No que se refere aos custos decorrentes do mercado, inclusive aqueles relacionados a veículos, máquinas, equipamentos, combustíveis, manutenção, ferramentas, materiais, insumos e



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

demais componentes não diretamente vinculados à mão de obra, os preços contratados poderão ser reajustados após o interregno mínimo de 01 (um) ano, contado da data-base do orçamento estimado, nos termos do art. 25, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

7.3.2. O reajuste de que trata este subitem será calculado mediante aplicação do índice IGP-M, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, sobre a parcela contratual correspondente aos custos de mercado.

7.3.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.3.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Administração pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo, ficando a contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.3.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.3.6. Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou, de qualquer forma, não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o índice que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.3.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, por meio de termo aditivo, para reajustamento da parcela do valor contratual correspondente aos custos de mercado.

7.3.8. Os reajustes de preços serão formalizados, em regra, por apostilamento, nos termos da legislação aplicável.

7.4. DA REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS:

7.4.1. No que se refere aos custos de mão de obra, o contrato poderá ser repactuado para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, sempre que houver demonstração analítica da variação dos custos decorrentes de acordo, convenção coletiva, dissídio coletivo de trabalho ou instrumento equivalente aplicável à categoria profissional vinculada à execução do contrato, bem como nas hipóteses de alteração do salário mínimo quando este repercutir diretamente em parcelas da remuneração contratual, inclusive adicional de insalubridade calculado sobre tal base legal.

7.4.2. A repactuação somente poderá ocorrer após o interregno mínimo de 01 (um) ano, contado:

- a) da data da apresentação da proposta, para os custos decorrentes do mercado eventualmente sujeitos a repactuação por composição analítica;
- b) da data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou instrumento equivalente ao qual a proposta estiver vinculada, para os custos decorrentes de mão de obra;



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA**

c) da data da última repactuação, para as subseqüentes.

7.4.3. A repactuação dependerá de requerimento formal da contratada, instruído com demonstração analítica da variação dos custos, planilha de composição de preços atualizada, documentação comprobatória pertinente e indicação precisa das parcelas que sofreram alteração.

7.4.4. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios, encargos, custos ou parcelas não previstos anteriormente na proposta ou não decorrentes de fato superveniente juridicamente apto a justificar sua incorporação.

7.4.5. A repactuação será formalizada por termo aditivo, produzindo efeitos financeiros a partir da data juridicamente aplicável, observada a legislação pertinente e o requerimento tempestivo da contratada.

7.5. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

7.5.1. A Administração e a contratada poderão requerer a revisão do contrato para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicialmente pactuado, quando sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, bem como em caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fato da Administração, desde que tais eventos repercutam de forma direta e relevante nos encargos assumidos pelas partes.

7.5.2. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser instruído com demonstração do evento superveniente, comprovação do nexo causal entre o fato ocorrido e o aumento ou redução dos encargos contratuais, planilha comparativa de custos e documentação comprobatória idônea que evidencie a quebra da equação econômico-financeira inicial.

7.5.3. Não será admitido pedido de reequilíbrio econômico-financeiro fundado em evento:

- a) previsível e ordinário, inerente aos riscos normais da contratação;
- b) imputável à própria contratada;
- c) desacompanhado de prova efetiva do impacto econômico-financeiro sobre o contrato.

7.5.4. Reconhecido o direito à recomposição da equação econômico-financeira, a revisão será formalizada pelo instrumento jurídico cabível, observada a legislação aplicável.

7.6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS SOBRE MEDIÇÃO, PAGAMENTO E MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

7.6.1. O pagamento observará estritamente os quantitativos efetivamente executados e regularmente medidos, vedado o pagamento por serviços não prestados, prestados em desconformidade ou sem a devida comprovação documental.

7.6.2. Os mecanismos de reajuste, repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro previstos



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA**

neste Termo de Referência não se confundem, devendo cada qual ser aplicado de acordo com seu pressuposto jurídico e econômico específico.

7.6.3. A contratada deverá formular seus pedidos de reajuste, repactuação ou revisão contratual de forma fundamentada e tempestiva, sob pena de preclusão quanto às parcelas atingidas, na forma da legislação e das cláusulas contratuais aplicáveis.

8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

8.1. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório, na modalidade pregão eletrônico, adotando-se como critério de julgamento o MENOR PREÇO GLOBAL, desde que atendidas todas as exigências relativas ao objeto constantes deste Termo de Referência e cumpridos os requisitos de habilitação previstos no Edital.

8.2. Será desclassificada a proposta que não observar as especificações técnicas do objeto, que apresentar preços inexequíveis, incompatíveis com os quantitativos estimados, ou que deixar de atender às condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital.

8.3. DA FORMAÇÃO DO PREÇO PROPOSTO:

8.3.1. O licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico e no prazo fixado no Edital, a proposta adequada ao último lance ofertado, acompanhada das respectivas planilhas de composição de preços unitários por item, elaboradas em conformidade com o modelo disponibilizado pela Administração e com observância dos parâmetros, exigências e demais condições previstas neste Termo de Referência, para fins de análise de exequibilidade e compatibilidade da proposta, sob pena de desclassificação.

8.3.2. As planilhas de composição de preços unitários deverão demonstrar, de forma analítica e compatível com o objeto licitado, a formação do preço proposto, contemplando todos os custos diretos e indiretos necessários à execução contratual, inclusive aqueles relacionados à mão de obra, encargos sociais e trabalhistas, adicionais legais, insalubridade, uniformes, equipamentos de proteção individual, veículos, máquinas, equipamentos, ferramentas, combustíveis, manutenção, materiais, insumos, tributos, despesas administrativas, lucro e demais componentes pertinentes.

8.3.3. A formação do preço proposto deverá observar os quantitativos estimados, as especificações técnicas, a metodologia de execução, os requisitos da contratação, os critérios de medição, os padrões mínimos de qualidade e as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, não se admitindo proposta dissociada das condições efetivas de execução do objeto.

8.3.4. A planilha orçamentária constante do presente Edital foi originalmente elaborada tendo como base os custos do SINAPI e do ORSE, de acordo com as mais recentes atualizações, sem prejuízo da utilização de outros referenciais, composições de custos, parâmetros de mercado e elementos técnicos complementares necessários à adequada formação do orçamento estimado da contratação. Ademais, o Benefício e Despesas Indiretas - BDI foi elaborado conforme os



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA**

parâmetros estabelecidos no Acórdão nº 2.622/2013 do Tribunal de Contas da União - TCU, ao passo que os Encargos Sociais, tanto na modalidade horista quanto mensalista, observaram os parâmetros referenciais fornecidos pela Caixa Econômica Federal, conferindo maior consistência técnica, aderência metodológica e segurança à composição dos preços estimados.

8.3.5. A proposta readequada e as planilhas de composição de preços unitários por item deverão guardar compatibilidade com o valor global final ofertado pelo licitante, de modo que eventual inconsistência, omissão de custos essenciais, incompatibilidade entre quantitativos, preços unitários e preço global, ou descumprimento das exigências previstas neste Termo de Referência e no Edital poderá ensejar a desclassificação da proposta.

8.4. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO:

8.4.1. Para fins de habilitação, serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, conforme disciplinado no Anexo I do Edital, ao qual se reporta este Termo de Referência.

8.4.2. A documentação de habilitação será analisada em conformidade com as disposições do Edital e deste Termo de Referência, devendo o licitante comprovar aptidão jurídica, técnica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira compatível com a execução do objeto licitado.

8.4.3. A ausência de apresentação de qualquer documento exigido, a apresentação de documento em desconformidade com o Edital ou a não comprovação da capacidade do licitante para executar o objeto, conforme as exigências estabelecidas pela Administração, ensejará sua inabilitação, observadas as disposições legais e editalícias aplicáveis.

9. DA CONTRATAÇÃO E DOS PRAZOS:

9.1. O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado em conformidade com o art. 106 e 107 da Lei 14.133/21.

9.2. A prestação dos serviços deverá ocorrer em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis a partir da emissão da Ordem de Serviço.

10. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

10.1. O valor estimado global da presente contratação é de **R\$ 5.920.278,59 (cinco milhões, novecentos e vinte mil, duzentos e setenta e oito reais e cinquenta e nove centavos)**, conforme planilha orçamentária e demais documentos técnicos que compõem o processo administrativo da contratação.

11. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

11.1. As despesas com o pagamento do referido objeto correrão à conta de recursos consignados no Orçamento do Município de Carira, atendido pela dotação orçamentária abaixo especificada:

ORIGEM DO RECURSO QUE IRÁ LASTREAR A DESPESA			
Unid. Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento de Despesa	Fonte de Recurso
20009	2029	3390390000	150000000

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e da liberação dos créditos correspondentes, mediante termo de apostilamento ao contrato.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

12.1. São obrigações da contratante:

12.1.1. Proporcionar, naquilo que couber, as facilidades necessárias para que a contratada possa cumprir as condições estabelecidas neste Termo de Referência, observadas as normas de segurança interna da contratante.

12.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com o objeto da contratação.

12.1.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

12.1.4. Prestar todas as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados credenciados pela contratada, atinentes ao objeto deste Termo de Referência.

12.1.5. Permitir acesso aos funcionários credenciados pela contratada que lhes possibilite executar os serviços contratados nas áreas pertinentes, respeitadas as disposições legais, regulamentares e normativas que disciplinem a segurança e a ética profissional.

12.1.6. Comunicar formalmente a Contratada Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

12.1.7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.

12.1.8. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato.

12.1.9. Permitir acesso aos funcionários credenciados pela contratada que lhes possibilite executar



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA**

os serviços contratados nas áreas pertinentes, respeitadas as disposições legais, regulamentares e normativas que disciplinem a segurança e a ética profissional.

12.1.10. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

13.1. São obrigações da contratada:

13.1.1. Executar o objeto da contratação rigorosamente de acordo com este Instrumento e com as normas e especificações técnicas.

13.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021).

13.1.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

13.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

13.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

13.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.

13.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

13.1.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

relativos à execução dos serviços.

13.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.1.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

13.1.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações da Contratante, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.1.13. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

13.1.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

13.1.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta.

13.1.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

13.1.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD).

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

14.1. As sanções referentes à execução do contrato serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.1.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA**

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.1.2. Para a infração de atraso na execução de objeto do contrato incidirá multa de até 5%.

14.1.3. Para a infração de não cumprimento do contrato incidirá multa de até 10%.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

15.1. A Administração reserva-se no direito de impugnar os serviços prestados, se esses não estiverem de acordo com as especificações contidas neste Termo de referência.

15.2. Os casos omissos serão resolvidos com base nos dispositivos contantes na Lei Federal 14.133/2021.

15.3. Fica eleito o foro da Comarca de CARIRA/SE como único e competente para dirimir quaisquer demandas do presente contrato, por mais privilegiado que outro possa ser.

Carira/SE, 27 de abril de 2026

**Laís Nascimento Oliveira
Engenheira Civil**



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

ANEXO I – PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA**

ANEXO III - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

À Prefeitura Municipal de Carira/SE

Ref.: Pregão Eletrônico N°. ____/2026

Prezados Senhores,

Pela presente submetemos à apreciação de V.s.as a nossa proposta relativa à licitação em epígrafe, declarando que: Executaremos as obras e os serviços objeto do **PREGÃO ELETRÔNICO N°. ____/2026**, pelo preço de **R\$ _____ (por extenso)**.

Manteremos válida a Proposta pelo prazo mínimo de _____ (_____) dias consecutivos, contados da data de recebimento dos documentos de habilitação e proposta comercial, aceitando que, ocorrendo recurso de habilitação ou inabilitação de licitante e suas eventuais impugnações, bem como de julgamento das propostas comerciais e de suas eventuais impugnações, durante o período de seus respectivos julgamentos, o prazo de validade da proposta comercial não correrá, tendo em vista o efeito suspensivo desses recursos; Utilizaremos os equipamentos e a equipe técnica e administrativa que forem necessários à perfeita execução dos serviços, de acordo com as exigências do Edital e de seus Anexos, bem como da fiscalização da Prefeitura.

Na execução dos serviços observaremos rigorosamente as especificações técnicas, assumindo desde já a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, de conformidade com as normas e padrões dessa Prefeitura.

Atenciosamente, _____, de _____ de 20__

(Nome e assinatura do representante legal)

(Carteira de Identidade - n°. e órgão expedidor)

Nome da Empresa:

Endereço:

CEP:



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA**

ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO

**CONTRATO Nº __/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº __/2026**

CONTRATANTE:	O MUNICÍPIO DE CARIRA , Estado de Sergipe, Pessoa Jurídica de Direito Público.
CNPJ:	13.099.882/0001-36
ENDEREÇO:	Praça Olímpio Rabelo de Moraes, nº 56, Carira/SE.
REPRESENTANTE LEGAL:	
TELEFONE:	
E-MAIL:	licitacao.carira2025@gmail.com

CONTRATADA:	
CNPJ:	
ENDEREÇO:	
REPRESENTANTE LEGAL:	
TELEFONE:	
E-MAIL:	

O presente contrato está de acordo com a Lei nº 14.133/2021, e sua legislação suplementar, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a **contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de limpeza e conservação de vias e logradouros públicos do Município de Carira/SE, cronograma e locais previstos no Termo de Referência, parte integrante do Edital do Pregão Eletrônico nº __/2026**, bem como na proposta de preços da contratada, os quais constituem parte integrante deste documento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

Este contrato possui o prazo de execução dos serviços de __ (__) meses e o prazo de vigência contratual pelo período de __ (__) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021, consoante discriminado no Termo de Referência.

Parágrafo único - A prorrogação do prazo de vigência é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a Contratada.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA**

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O modelo de execução do objeto, os critérios de recebimento e aceitação do objeto, bem como as regras relativas à possibilidade ou não de subcontratação estão discriminadas no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O valor total do presente contrato é de até **R\$ __ (por extenso)**, conforme detalhamento de preços unitários e total discriminados na proposta de preços da contratada.

Parágrafo único. Os prazos e condições para liquidação e pagamento, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento, bem como as condições e o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro estão discriminadas no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

As despesas com o pagamento do referido objeto correrão por conta da dotação orçamentária abaixo especificada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROJETO OU ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO
20009	2029		3390390000	1500000000

CLÁUSULA SEXTA - DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES.

As obrigações da contratante e da contratada, inclusive aquelas relativas à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, estão discriminadas no Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

As regras relativas à garantia de execução do contrato estão discriminadas no Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA - DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

As regras relativas ao modelo de gestão contrato estão discriminadas no Termo de Referência.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA**

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E MULTAS.

As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Edital, consoante gradação da penalidade de multa compensatória discriminada no item 14 do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados nos artigos 124 a 136 da Lei 14.133/2021, devidamente comprovados.

§ 1º - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato.

§ 2º - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO

Independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, constituem motivos para rescisão do Contrato as situações previstas nos artigos 137, 138, 139, da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo único - Na ocorrência da rescisão prevista no **caput** desta cláusula, nenhum ônus recairá sobre a Contratante em virtude desta decisão, ressalvado o disposto no § 2º do artigo 138 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS DIREITOS DA CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO

Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, de logo, o direito da Contratante de adotar, no que couber, as medidas previstas no artigo 139 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS.

O presente Contrato fundamenta-se:

I – nos termos do Pregão Eletrônico nº ____/2026 que, simultaneamente:

a) constam do Processo Administrativo nº ____/2026;

b) não contrarie o interesse público;



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA**

II – nas demais determinações da Lei nº 14.133/2021, e suas correspondentes alterações;

III – nos preceitos do Direito Público;

IV – supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

Parágrafo único – Os casos omissos e quaisquer ajustes que se fizerem necessários, em decorrência deste Contrato, serão acordados entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO.

A Contratante providenciará, na forma do art. 94, da Lei nº 14.133/2021, até o __ dia útil contados da data de sua assinatura, a publicação do presente Contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico do Município de Carira.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Cidade de Carira, Estado de Sergipe como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam este instrumento a fim de que produza seus efeitos legais.

Carira/SE, Dia, Mês, Ano

Nome completo da autoridade máxima do órgão ou entidade contratante
(cargo no órgão/entidade)

Nome completo do representante legal da contratada